



## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES (1978 -1985): EM BUSCA DE AUTONOMIA E PODER

ISABELLA DE FARIA BRETAS<sup>1</sup>

### O contexto em que surge o MT

O Movimento dos Trabalhadores (MT) foi uma organização baseada nas concepções leninistas que avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores. Fundado no final do ano de 1978 por Augusto de Franco e Alberto Gomes de Oliveira (Bacurau), entre outros, o MT valorizava, sobretudo, o autonomismo que nega, na prática, a necessidade de intervenção organizada no Movimento. Nega a subordinação do movimento à instâncias exteriores a ele, como o Estado, partidos e outras organizações.

O projeto autonomista, segundo documentos oficiais da própria organização (1983) revela a crença na possibilidade das massas organizarem-se espontaneamente em função da transformação revolucionária da sociedade. Evidentemente, a questão da autonomia é a questão do poder. O Movimento tem autonomia na medida em que tem poder de se organizar e de se administrar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe de instâncias externas, as normas as quais se submete.

Para melhor compreensão do motivo de seu surgimento bem como de suas posições políticas faz-se necessária uma breve contextualização do panorama nacional. Em 1964, com o golpe militar, houve a ofensiva contra todos os movimentos sociais no Brasil, um combate significativo às Ligas Camponesas no nordeste, ao movimento operário, ao movimento estudantil, à luta de Trombas e Formoso em Goiás, ao nascimento dos sindicatos sob a influência do Partido Comunista do Brasil na região de Inhumas, Itauçu, Vale do São Patrício, etc. A ofensiva do Estado para controlar as organizações sindicais da classe trabalhadora ocorreu drasticamente como aponta Maciel (2004):

*Na primeira frente de ação, aprofundou-se o processo de subordinação de trabalho ao capital, pela política extremamente repressiva desencadeada sobre o movimento dos trabalhadores, particularmente o movimento operário e pela contenção salarial (MACIEL, 2004, p. 38)*

---

<sup>1</sup> Aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Devido a esses e outros fatores, em 1967, cresceu no país a reação ao regime militar, mobilizando diversos setores sociais e políticos e cujas expressões podem ser vistas em variados protestos, como por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, entre outros. Setores radicais de esquerda começaram a atacar o governo com ações clandestinas armadas, como assaltos a bancos, sequestro de diplomatas e atentados contra autoridades e unidades militares.

Diante da crescente movimentação, principalmente, por parte dos estudantes e da classe operária, entre os anos 1968 e 1970 o próprio governo toma a iniciativa de fundar sindicatos de trabalhadores rurais e, em Goiás, isso ocorre em Catalão, Anápolis, Nova Veneza e Bela Vista. A Federação de Trabalhadores no mesmo estado é fundada e os Sindicatos de Trabalhadores rurais nesse período também foram organizados por iniciativa do governo e, na maioria das situações, em parceria com a Igreja Católica. Ambos queriam ficar livres do “fantasma do comunismo” que influenciou os movimentos camponeses. Para obter um resultado satisfatório, o governo, por meio do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) colocava em todas as sedes de Sindicato um gabinete odontológico e um ambulatório médico para serem administrados pela direção do sindicato (OLIVEIRA, 2015). As contabilidades eram centralizadas pelas Federações estaduais e os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores rurais) foram um instrumento importante de controle dos trabalhadores nesse período.

Concomitantemente a essas ocorrências, o Estado de Goiás passava por um período de transição, as iniciativas de modo de produção capitalista no campo estavam se fortalecendo com as construções de usinas de açúcar e álcool, plantação de soja, milho, algodão, entre outras culturas de forma mecanizada. Houve uma grande transformação no modo de produção rural e consequentemente da propriedade da terra, uma vez que meeiros, parceiros e pequenos proprietários passaram a ser assalariados rurais residentes nas periferias da cidade. Em relação aos centros urbanos, os movimentos sociais também passaram por um controle estatal seja por meio da repressão ou pela cooptação. Programas como a “Aliança para o Progresso” eram, teoricamente, destinados a acelerar o desenvolvimento econômico e social mas ao mesmo tempo visavam frear o avanço das correntes socialistas e comunistas. O governo, em parceria com vereadores locais, distribuía leite em pó, tetracloroetileno (utilizado para limpeza a seco de produtos e desengraxe de metais), entre outros com o objetivo de conter as massas “revolucionárias”.

Naquele momento, parte dos integrantes do movimento esquerdista tinha sido exilada, a outra parte estava presa nos porões da ditadura e alguma resistência de grupos armados que ainda houvesse, fazia uma autocrítica de sua política e prática (OLIVEIRA, 2015). Entre os anos 1970 e 1975 alguns grupos e raras diretorias de sindicato, influenciados pelas reflexões críticas promovidas pelas comunidades eclesiais de base da Diocese de Goiás, iniciam uma análise da política Sindical dos Trabalhadores rurais e também da estrutura fundiária do Brasil, cujas principais referências eram os municípios de Jussara e Britânia que conviviam com latifúndios de até 70 mil alqueires.

A partir desse momento a Delegacia Regional do Trabalho e a direção da FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás) com Antônio Bueno, rompem a parceria com a Diocese de Goiás e exigem das diretorias de Sindicato o afastamento dos “padres comunistas”. Este e outros acontecimentos marcaram o início de novas iniciativas nos movimentos de Trabalhadores Rurais em Goiás e, a partir de 1974, trabalhadores rurais de diversos municípios iniciam a formação de grupos de oposição sindical.

Nesse contexto nasce o Movimento dos Trabalhadores com as seguintes bases como elementos fundadores: Movimento de luta dos moradores de Ceilândia – DF, Movimento de luta do Jardim Nova Esperança (ocupação em Goiânia), Oposição Sindical dos Trabalhadores na construção civil de Goiânia, outras lutas populares na mesma cidade, diversos movimentos de trabalhadores rurais do interior de Goiás.

O ápice para seu surgimento se dá quando há um rompimento entre grupos de oposição sindical (ligados a CPT) e outros grupos de oposição sindical que defendiam uma maior autonomia nas lutas dos trabalhadores em relação à própria CPT. Também defendiam maior aprofundamento da organização de base, ao contrário daqueles que defendiam o centro da ação na tomada de diretorias de Sindicatos e da Federação.

As pesquisas já realizadas para confecção do presente projeto exigiram reflexões acerca da conjuntura nacional no período de surgimento e declínio do Movimento dos Trabalhadores sendo imprescindível a análise de autores como Maciel (2004), Alves (1989), Ozaí (1989) e Oliveira (2015). Como apoio para discussão sobre autonomia e poder utilizou-se Franco (1985) que apresenta a história do Partido Bolchevique e a luta das massas por autonomia diante da “quase ditadura” imposta por Lenin e Trotski por volta dos anos 1918 e 1919.

Outras referências teórico-metodológicas são os clássicos que norteiam ideias e discussões a respeito do referido tema como Gramsci em “Cadernos do Cárcere” (Edições 2002 e 2004) e Lenin, principalmente, na obra “Que fazer” na qual discorre sobre a ação política do movimento social-democrata russo.

### A peculiaridade da pesquisa

O Movimento dos Trabalhadores surge, como visto, a partir da tentativa de autonomia das massas, da articulação global de todas as organizações, sem a interferência direta do partido. Os membros do Movimento já não acreditavam na luta a partir de um centro organizando as ações revolucionárias.

A peculiaridade desse estudo provém do fato de que essa tentativa em busca da autonomia foi um dos movimentos que mais aglutinou forças na formação de um partido de massas no campo popular e que se concretizou no Partido dos Trabalhadores. Em um primeiro momento, o Partido dos Trabalhadores incorporou não só bandeiras populares mas as formas organizacionais dos movimentos populares no Brasil, como por exemplo a formação de núcleos por local de trabalho e moradia, representação desses mecanismos nos instrumentos de direção, etc. O PT foi possivelmente o único partido que se aproximava de uma tipologia de “partido de massa”, nos moldes das organizações socialistas cujas tentativas de implantação já haviam sido realizadas em outros países.

Os partidos políticos são instituições de extrema relevância em um sistema democrático representativo, pois são responsáveis pela organização das disputas eleitorais, estruturação dos governos e vocalização dos anseios dos cidadãos no sistema político (SARTORI, 1983). Por este e outros motivos o presente estudo viabiliza a compreensão da realidade social brasileira desde quando ela começou com a atual configuração, ou seja, a o Partido dos Trabalhadores enquanto governo brasileiro.

A ideia era a de consolidar as articulações horizontais dos movimentos de trabalhadores promovendo fóruns para encontro dos movimentos com organizações de vanguarda. Dentre as raízes objetivas tradicionalmente apontadas para justificar a organização de vanguarda, talvez a principal seja o caráter descontínuo da atividade política das massas. Pode-se falar, com mais propriedade, em caráter ondulatório do movimento de massas, o qual não se desenvolve linearmente, mas intercala períodos de descenso e ascenso. O objetivo era superar o

intervencionismo que caracterizou a atuação dos partidos herdeiros da tradição politicista da III Internacional.

O MT era, então, uma organização política revolucionária cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem estado (Regimento Interno, 1980). Os integrantes do movimento deveriam formar e manter em funcionamento as organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, cuja sigla é OIAT. Conseqüentemente haveria a construção de “estruturas de autonomia” no interior do movimento capazes de possibilitar as lutas não lineares.

Por meio dessas iniciativas de organizações e reivindicações populares, o MT buscava organizar os trabalhadores no sentido de disputar o poder com as classes dominantes. Na obra de Lênin a tomada do poder é objeto de uma reflexão detalhada e sistemática, sendo que o eixo central gira em torno do problema da organização da ação revolucionária e da autonomia ou ausência desta. Maciel (2004, s/n) discorre sobre o assunto:

*Após a tomada do poder, a dinâmica de uma revolução cercada, envolta em contradições políticas e sociais de enorme envergadura, aliadas às tarefas do exercício cotidiano do governo revolucionário afastaram Lênin do tratamento sistemático da segunda questão [do poder proletário] mesmo tendo diante de si a experiência do poder soviético. A ausência de sistematização desta questão produziu uma lacuna fundamental na obra de Lênin e por conseqüência na própria trajetória intelectual do marxismo no século XX: o problema da autonomia.*

O referido problema foi, possivelmente, um dos motivos pelos quais o Movimento dos Trabalhadores não conseguiu prosseguir para além do ano de 1985. O objetivo das lutas de massas sem uma centralidade política que as organizasse e/ou até governasse contribuiu para que a força dos trabalhadores não fosse suficiente na disputa pelo poder contra a classe dominante. Nos dias atuais o problema da autonomia das lutas das massas é decisivo para aqueles que se preocupam com uma ação social transformadora, ou seja, a discussão ainda é atual e relevante no contexto político brasileiro.

### Considerações Finais

Os movimentos sociais surgidos entre 1960 a 1980 foram a resposta da insatisfação popular frente ao regime autoritário que se implantou no Brasil nesse período. A Guerra Fria

gerou consequências na América Latina, a preocupação dos Estados Unidos com a segurança nacional fez com que 16 países implantassem governos cujos líderes militares eram responsáveis por conter os supostos subversivos.

O Movimento dos Trabalhadores surgido no final da década de 1970 também recebeu essa influência das correntes comunistas que cresciam em todo o mundo devido ao conflito entre EUA e União Soviética. A hipótese, que parece se comprovar refere-se ao fato do MT ter sido influenciado pela ditadura militar que, por sua vez, foi influenciada pelos programas de treinamento impostos pelos EUA para garantir a segurança nacional e conter o avanço do comunismo.

Nesse sentido existe uma rede em que todos os acontecimentos se interligam e se justificam. O Movimento dos Trabalhadores surgido em Goiás teve parte de sua base fundamentada em ideias originadas em outros países e que se propagaram com o conflito da Guerra Fria.

As hipóteses apontadas no neste ensaio se mostraram essenciais para as interpretações levantadas porque permitiram uma análise baseada em aspectos levantados pelos próprios ex-integrantes da organização. Nesse sentido, documentos analisados contribuíram para a compreensão do que foi, de fato o MT, e o contexto no qual esteve inserido.

Conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado de maneira exitosa mas que se está longe de obter resultados absolutos, sendo que novas análises possibilitarão, possivelmente, novas hipóteses e novas interpretações.

#### Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984). 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ANDRADE, Daniel. Os “novos movimentos sociais” e os paradigmas das classes: é possível conciliá-los? In: Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 13, nº 12. 2009, p. 139-151.

BRESCIANI, Maria Stela. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX) V. 5, nº 8. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1984.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.



- FRANCO, Augusto de. *Autonomia e partido revolucionário*. Goiânia: Ferramenta, 1985.
- FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. V. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. *Classes Sociais e Movimentos Sociais*. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. Antônio. *Quaderni del cárcere*. V. 3. 8 ed. Torino: Einaudi, 2004.
- GREEN, James Naylor. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 – 1985*. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HALL, Richard. *Organizações: Estrutura e Processos*. Prentice Hall do Brasil. Rio de Janeiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Descaminhos da Modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil*. Revista Catarinense de História, nº 3. Florianópolis: 1995.
- LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1986.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MACIEL, David. *Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- \_\_\_\_\_, David. *Lênin, Partido e Revolução: Notas Curtíssimas*. Humanidades em foco. Revista Ciência, Educação e Cultura, nº 4. Out/Nov/Dez, 2004.
- \_\_\_\_\_, David. *Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula*. Universidade e Sociedade, nº 46. Brasília, DF: Andes-SN, 2010, p. 120-133.
- MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. *Classe Social, consciência de classe e luta de classes*. In: *Estado, Classe e Movimento Social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Alberto Gomes de. *Entrevistas concedidas a autora em julho, 2016*.



QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível ao dizível”. In: Experimentos com história de vida. Itália-Brasil. SIMSON, O. M. de (Org.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 1983.

SCHERER – WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHMIDLI, William Michael. The Fate of Freedom Elsewhere, Human Rights and U.S. Cold War Policy toward Argentina. Cornell University Press, Ithaca, 2013.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Política habitacional brasileira: frente e verso. São Paulo: Cortez, 1989.

STREY, Marlene Neves. Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1998.

TROMPSON, Paul. A voz do Passado História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. V. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.